

Jane Araújo



Demostenes (E) e Tião Viana ouvem o procurador da República Hélio Telho Correa Filho

Infraero fraudou licitações, dizem procuradores à CPI

Autor de ação civil pública contra a Infraero, acusada de fraudar licitações, o procurador Hélio Telho Correa Filho criticou a fragilidade dos laudos técnicos do Tribunal de Contas da União,

“facilmente anulados na Justiça”, a lentidão do Banco Central em rastrear pagamentos a empreiteiras e o modelo atual de licitação, que não exige projetos detalhados. **Página 4**

Parlamento do Mercosul define plano de trabalho

O presidente do Parlamento do Mercosul, Roberto Conde, apresentou ontem, em Montevidéu, plano de trabalho com cinco prioridades: cidadania, soberania, desenvolvimento regional, “sul-americanismo” e legislação. Aloizio Mercadante propôs a definição de uma política ambiental para lidar com o aquecimento climático e a adoção de tecnologias de informação nas escolas públicas dos países-membros. Eduardo Azeredo voltou a criticar os ataques do presidente Hugo Chávez ao Senado brasileiro. **Página 6**

Avança indicação de Pagot para o Dnit

A Comissão de Infra-Estrutura aprovou a indicação de Luiz Antônio Pagot para diretor-geral do Dnit. O nome será agora submetido ao exame do Plenário. **Página 6**

Pacto nacional pela educação

Audiência pública na Comissão de Educação, presidida por Cristovam Buarque, revelou consenso sobre a necessidade de um pacto nacional pela educação básica. **Página 7**

Homenagem a Antônio de Salvo

O Senado homenageou, em sessão especial requerida por Marconi Perillo, a memória do ex-presidente da Confederação Nacional da Agricultura Antônio Ernesto de Salvo. **Página 7**

Aprovada mudança no Supersimples

Por unanimidade, Plenário acolhe projeto que deve beneficiar 1,5 milhão de empresas. Já a criação do Instituto Chico Mendes é votada sob polêmica

Um acordo de líderes permitiu que o Plenário votasse todas as medidas provisórias que obstruíam a pauta. Assim, foi possível aprovar mudanças no Supersimples, regime especial de arrecadação de tributos das micro e pequenas empresas. Depois de longo debate, também foi acolhida a criação do Instituto Chico Mendes, que assumiu parte das atribuições do Ibama. Estados, Distrito Federal e municípios receberão do governo R\$ 975 milhões referentes à isenção do ICMS de produtos destinados à exportação. Obras em portos e aeroportos contarão com R\$ 415,575 milhões. **Página 3**



Marcia Matiz

Com Plenário e galerias lotados, senadores votaram matérias que obstruíam a pauta

Renan acusa editora de fraude. Oposição vai obstruir votações

O presidente do Senado, Renan Calheiros, atribuiu a brigas regionais a origem das denúncias contra ele. Também acusou a Editora Abril, que edita *Veja*, de tentar fraude de US\$ 1 bilhão. O DEM e o PSDB

protocolaram nova representação contra Renan e prometeram obstruir as votações após decisão sobre o Supersimples. A Mesa decidiu enviar ao Conselho de Ética representação do PSOL. **Página 5**

Leopoldina



Renan se declara vítima de “impiedoso e irresponsável ataque”

Senador classifica como arbitrária a captura de atletas e condena rapidez da ação do governo brasileiro

Heráclito Fortes critica deportação de boxeadores cubanos

Em entrevista concedida ontem, o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Heráclito Fortes (DEM-PI), classificou como arbitrária a captura e deportação dos boxeadores cubanos Guillermo Rigondeaux e Erislandy Lara, e adiantou que o colegiado irá votar amanhã requerimento do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) para que a comissão receba os ministros das Relações Exteriores, Celso Amorim, e da Justiça, Tarso Genro, para que os dois falem sobre a participação do governo no caso.

– O governo brasileiro não podia agir com a rapidez que agiu, aproveitando o fim de semana para proceder à deportação – disse Heráclito, ao afirmar que o processo deveria ter sido acompanhado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e por entidades de defesa dos direitos humanos.

Citando números que estimam em 50 mil o número de pedidos de extradição de estrangeiros no



Requerimento pede que ministros expliquem o caso, informa Heráclito

país, Heráclito salientou que “em nenhum desses casos se agiu com a rapidez com que se agiu na questão cubana”. Para o senador, “o Brasil enlameou o seu perfil com relação ao tratamento de estrangeiros no país”.

Rigondeaux e Lara abandonaram a concentração cubana durante os Jogos Pan-Americanos, no Rio de Janeiro, e foram detidos na quinta-feira passada no município fluminense de Araruama, voltando a Cuba no domingo.

Projeto beneficia pessoas com deficiência

Em reunião marcada para as 11h de hoje, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deverá analisar parecer favorável do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) a projeto da senadora Fátima Cleide (PT-RO) que reserva, no mínimo, 5% do total de candidatos às eleições proporcionais de cada partido político ou coligação para as pessoas com deficiência (PLS 303/06). Esse é o primeiro dos nove projetos de lei incluídos na pauta da comissão.

A CAS deve votar ainda, desta vez em decisão terminativa, proposição da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que obriga os hospitais que possuem unidades de maternidade, pediatria, geriatria ou tratamento intensivo a manterem programa de humanização no atendimento, como forma de reduzir o estresse, o sofrimento e a dor dos pacientes (PLS 430/03).

Também pode ser votado em decisão terminativa substitutivo de Cristovam Buarque (PDT-DF) a projeto de Paulo Paim (PT-RS) proibindo os estabelecimentos comerciais situados nas escolas de educação básica de venderem bebidas com baixo teor nutricional. A proposta (PLS 406/05) proíbe ainda a venda de alimentos com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans ou de sódio.

ção legal e jurisprudencial para que a administração pública contrate serviços terceirizados, uma vez que o desconhecimento da legislação aplicável é, segundo o servidor, uma das causas de irregularidades identificadas pelo TCU ao longo dos últimos anos.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão especial homenageia Antonio Carlos Magalhães

O Senado reúne-se em sessão especial, às 15h, destinada a homenagear a memória do senador Antonio Carlos Magalhães, que faleceu no dia

20 de julho. Entre os oradores inscritos estão César Borges (DEM-BA), Papaléo Paes (PSDB-AP) e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

CPI ouve ministro da Defesa sobre crise aérea

Às 10h, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo reúne-se para ouvir o ministro da Defesa, Nelson Jobim, que falará sobre as auditorias feitas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) relativas a irregularidades em obras em diversos aeroportos do país.

Debate sobre abusos por serviços de telemarketing

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) analisa, às 8h45, substitutivo a dois projetos sobre serviços de telemarketing. A proposta inclui o fim dos abusos e fraudes nesses ser-

viços e cria o Registro Nacional de Chamadas. Também estão na pauta 29 projetos de decreto legislativo sobre o funcionamento de emissoras de radiodifusão.

Comissão mista discute conservação de florestas

A Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas participa, às 10h, de audiência pública destinada a discutir a Política Estadual de Mudanças Climáticas e Conservação Ambiental e o Sistema Estadual de Florestas. A reunião está sendo promovida pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Câmara dos Deputados, em conjunto com a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional.

CRA analisa redução de tributos para produção rural

Três projetos serão debatidos, a partir das 11h, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Entre as propostas em pauta está a que visa à redução da carga tributária na produção rural, isentando da contribuição para o

PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) as vendas e as importações de máquinas, instrumentos, aparelhos, equipamentos e materiais de construção para uso na produção rural.

CORREÇÃO

O servidor do Tribunal de Contas da União (TCU) Cláudio Cruz defendeu anteontem em *workshop* a terceirização de serviços em tecnologia de informação (TI) como uma opção legal, nos termos do

Decreto-Lei 200/67 e do Decreto 2.271/97, ao contrário do que foi publicado na edição de ontem do **Jornal do Senado** (“Gestores do setor de informática realizam *workshop*”, página 2). A participação de Cláudio Cruz teve o objetivo de apresentar ampla fundamenta-

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, César Borges, Gerson Camata, Papaléo Paes, Tião Viana, Valter Pereira e Magno Malta

Proposta que vai à sanção presidencial beneficia setores como os de hotelaria, fabricação de sorvetes, cosméticos e fogos de artifício

Acolhido repasse para fomento às exportações

Os estados, o Distrito Federal e os municípios receberão do governo R\$ 975 milhões referentes à isenção do ICMS de produtos destinados à exportação em 2007. A liberação desses recursos foi aprovada ontem pelo Plenário, por meio da Medida Provisória 368/07, e tem por objetivo, conforme justificativa do governo, fomentar as exportações no país. Já aprovada na Câmara, a MP segue agora para promulgação.

Pela proposta, os recursos serão liberados em nove parcelas. A divisão do montante será proporcional aos coeficientes individuais de participação a que cada unidade federada tem direito, deduzidas as dívidas vencidas e não pagas contraídas junto ao governo federal. O relator, Osmar Dias (PDT-PR), disse que a medida é uma forma de compensar estados e municípios que exportam matéria-prima e produtos manufaturados. Segundo ele, os recursos vão socorrer com valor considerável estados e municípios que atravessam momento difícil.

Recursos para combater aftosa e indenizar produtores

O Senado aprovou a medida provisória que abre crédito extraordinário no valor de R\$ 25 milhões para que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento dê continuidade à execução de ações de combate e erradicação da febre aftosa em Mato Grosso do Sul. Conforme a matéria (MP 370/07) – que vai agora à promulgação –, os recursos serão destinados a programas de intensificação da vigilância sanitária animal em áreas de fronteiras. A medida teve como relator-revisor o senador Augusto Botelho (PT-RR).

Também foi acolhido ontem Projeto de Lei de Conversão 18/07, segundo o qual a União poderá arcar integralmente com a indenização dos proprietários de animais abatidos por medida de combate à febre aftosa em propriedades localizadas a até 150 quilômetros da fronteira terrestre. O projeto, decorrente de modificações feitas na Câmara na MP 371/07, vai à sanção presidencial. O relator-revisor no Senado foi Jonas Pinheiro (DEM-MT).

Mudança no Supersimples deverá beneficiar 1,5 milhão de empresas

O Senado Federal aprovou ontem, por 56 votos a favor e nenhum contra, o projeto de lei complementar da Câmara que altera dispositivos do chamado Supersimples, regime especial de arrecadação de tributos das micro e pequenas empresas.

O texto define que todas as empresas integrantes do antigo Simples Federal, extinto no dia 1º de julho passado, possam migrar para o novo regime. A aprovação deve beneficiar 1,5 milhão de empresas. O projeto será encaminhado à sanção.

Entre outras coisas, a proposta estende do último dia 31 para o próximo dia 15 o prazo para que as empresas que estão com tributos atrasados iniciem o pagamento de seus débitos e, assim, fiquem aptas a aderir ao Supersimples.

A proposta, já aprovada na Câmara, autoriza pequenas e médias empresas ligadas aos setores de fabricação e distribuição de



Votação do projeto foi possível graças a acordo de líderes para desobstruir a pauta

sorvetes, cosméticos e fogos de artifício a aderir ao novo regime. Esses setores tinham ficado de fora quando foi aprovada a lei, em julho do ano passado.

O projeto também beneficia setores como o de hotelaria e pequenas pousadas, que, com a entrada em vigor da nova legislação, passaram a outra tabela de tributação. Essa alteração, em alguns casos, aumentou substancialmente o valor de vários impostos pagos

atualmente, segundo o senador Adelmir Santana (DEM-DF), relator da matéria.

A votação só foi possível graças a um acordo de líderes para a desobstrução da pauta, que estava travada por medidas provisórias. Acompanharam a votação microempresários de vários estados, principalmente da cidade mineira de Santo Antônio do Monte, pólo de produção de fogos de artifício.

Governo destina R\$ 415,5 mi para portos e aeroportos

Os senadores acolheram ontem o projeto de Lei de Conversão 20/07, originário da Medida Provisória 367/07, que destina R\$ 415,575 milhões em créditos extraordinários para os ministérios dos Transportes e da Defesa promoverem obras de revitalização e modernização nas malhas portuárias e aeroviárias brasileiras.

Segundo justificativa do governo, no Ministério dos Transportes os recursos permitem dar continuidade à implantação de empreendimentos voltados à revitalização, ampliação e modernização da infra-estrutura portuária nacional, sob a responsabilidade das Companhias Docas do Espírito Santo, da Bahia, de São Paulo e do Rio de Janeiro.

No Ministério da Defesa, os recursos têm por finalidade a realização de investimentos em infra-estrutura aeroportuária, abrangendo obras de reforma, modernização e expansão nos aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero).

Durante a discussão da proposta, o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), ressaltou seu voto contrário, uma vez que “não faria diferença, pois os recursos já devem ter sido gastos”. A MP, editada em abril, permite o gasto imediato dos montantes. O senador Marconi Perillo (PSDB-GO) declarou voto favorável e lamentou o alto número de MPs que trancam a pauta. Ele pediu que os recursos não sejam contingenciados e que beneficiem o aeroporto de Goiânia. Já o senador José Agripino (RN), líder do DEM, opinou que a necessidade de aprovação de créditos extraordinários é “produto de incompetência administrativa”.

Senado aprova criação do Instituto Chico Mendes

Será enviado à sanção presidencial o projeto de lei de conversão da medida provisória que criou o Instituto Chico Mendes. O novo órgão assumiu parte das atribuições do Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama). Durante mais de uma hora os senadores se manifestaram a favor e contra a matéria. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM) pediu verificação de quórum quando o presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que os preceitos de relevância, juridicidade e constitucionalidade haviam sido aprovados.

Com 37 votos favoráveis, 25 contrários e 1 abstenção, foram aprovados os aspectos legais, que em todas as votações de medidas provisórias e projetos de conversão são examinados preliminarmente, antes da apreciação do mérito da matéria. O senador Mão Santa (PMDB-PI) opinou que, ao contrário de relevante e urgente, o projeto traduzia a subserviência do Legislativo perante o Executivo.

A Medida Provisória 336/07, que originou o Projeto de Lei de Conversão 19/07, criou o instituto para executar as ações da política nacional de unidades de conservação da natureza e proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União. O órgão ficou responsável pela execução das políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis, apoio ao extrativismo e às populações que residem em áreas de conservação sob a fiscalização da União.

Autorizadas contratações de empréstimos

Foram aprovados ontem três projetos de resolução do Senado (PRS) relativos à contratação de créditos externos para financiamento de projetos. O PRS 19/07 autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo de US\$ 50 milhões junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird) para financiar parcialmente o Programa Nacional de Desenvolvimento de Recursos Hídricos (Proágua 2).

O PRS 22/07 autoriza o estado da Bahia a contrair operação de crédito externo de US\$ 100 milhões junto ao Bird para financiamento parcial do Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias (Premar). Já o PRS 39/07 autoriza a cidade de Campo Grande a contratar empréstimo de US\$ 17,061 milhões junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata) para financiamento parcial do Programa de Recuperação das Áreas Degradadas do Córrego Imbirissu. As matérias seguem para a promulgação.

Comissão vai averiguar demissões em massa no Pará

O Senado aprovou ontem requerimento do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) para a criação de uma Comissão Temporária Externa do Senado, composta pelos senadores da bancada do Pará e pelo menos dois senadores das comissões de Constituição e Justiça (CCJ), de Direitos Humanos (CDH), de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), de Assuntos Sociais (CAS) e a Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo.

A comissão visitará as instalações da empresa Pará Pastoril e Agrícola S/A (Pagrisa), no município de Ulianópolis, para averiguar as condições da rescisão direta do contrato de trabalho de 1.180 empregados, resultante de fiscalização empreendida pelo Ministério do Trabalho e pelo Ministério Público do Trabalho.

– A demissão em massa vem ocasionando manifestações discordantes do procedimento empregado pela fiscalização, especialmente de entidades civis, líderes locais e da população do município – disse o senador.



Osmar Dias lembra que prazo se encerra no próximo dia 15

Osmar apela ao governo para ampliar prazo de adesão ao Supersimples

O senador Osmar Dias (PDT-PR) solicitou, da tribuna, ao governo federal que amplie o prazo para adesão ao Supersimples, que se encerra dia 15. Ele fez o apelo ao defender a votação do projeto de lei complementar que altera o novo sistema. O projeto foi aprovado à noite.

– O Senado não pode tomar a decisão de, a despeito de estar en-

frentando uma crise que envolve o seu presidente, deixar de votar matérias de interesse do país.

Com esse argumento, Osmar pediu aos partidos que não obstaculissem a votação de matérias incluídas na ordem do dia, de modo a permitir ao Plenário deliberar sobre o Supersimples.

Osmar Dias lembrou que a votação do projeto não poderia

ser adiada, sobretudo porque a proposta tem de ser sancionada pelo presidente da República até o próximo dia 15, data limite para que as micro e pequenas empresas que estão com tributos atrasados iniciem o pagamento de seus débitos e, assim, fiquem aptas a aderir ao sistema.

– Fomos eleitos para cumprir nossa responsabilidade perante o

país. No momento, faz parte da nossa responsabilidade concluir o mais rápido possível as investigações do caso que envolve o presidente da Casa. Mas não temos o direito de paralisar as votações enquanto isso não ocorre. Dá para fazer as duas coisas: discutir a questão do presidente Renan Calheiros no Conselho de Ética e votar – argumentou.

Papaléo pede mais investimentos no transporte ferroviário

A crise aérea, na opinião de Papaléo Paes (PSDB-AP), além de trazer conseqüências como o aumento de despesas para os viajantes, as perdas crescentes para o setor de turismo e vários negócios frustrados, acarreta problemas indiretos como a maior pressão em outros modais de transporte, de que é exemplo o rodoviário.

Por isso, analisou o parlamentar, o momento atual é mais do que propício para reavaliarmos o papel do transporte ferroviário na matriz nacional.

Papaléo frisou que desde o acidente com o Boeing da Gol, em 2006, o trânsito nas estradas se intensificou e, conseqüentemente, os acidentes aumentaram. Entre 1º de janeiro e 25 de junho deste ano, de acordo com a Polícia Rodoviária Federal, houve mais de 56,6 mil acidentes nos 61 mil quilômetros de rodovias federais, número que é 10,5% maior que no mesmo período de 2006. O total de mortes, 3.111, também supera o de 2006 em 8,2%.

O Plano Nacional de Logística e Transporte, divulgado em abril pelos ministérios dos Transportes e da Defesa, lembrou, prevê 32% de participação para o modal ferroviário na matriz brasileira em 2025, além de 29% para a modalidade aquaviária.

– Cabe-nos cobrar do Executivo os investimentos necessários para atingir esses objetivos – afirmou o parlamentar.



Papaléo: crise aérea traz conseqüências indiretas e pressiona malha rodoviária



Demostenes Torres (E) e Tião Viana ouvem depoimento de procuradores da República sobre irregularidades em obras da Infraero

Procurador aponta falhas em laudos sobre obra em aeroportos

Hélio Correa afirma à CPI do Apagão Aéreo que empreiteiras conseguem desmontar grande parte das perícias, por se basearem, por exemplo, em preços para habitação

Ao depor ontem na CPI do Apagão Aéreo do Senado, o procurador da República Hélio Telho Correa Filho criticou os laudos de avaliação de preços de materiais usados em obras públicas, realizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Segundo ele, muitas vezes empreiteiras acusadas de superfaturar licitações conseguem anular na Justiça relatórios do TCU devido ao fato de suas perícias se basearem em critérios de preços praticados, por exemplo, pela Caixa Econômica Federal em obras de moradias.

– As empreiteiras conseguem desmontar grande parte do resultado dessas perícias alegando que fazer aeroporto não é a mesma coisa que construir uma casa. Então, talvez uma perícia feita por uma equipe com peritos da Polícia Federal, engenheiros do Exército e outros órgãos públicos capacitados pudesse ajudar os peritos do TCU a produzir um laudo mais reforçado.

Em resposta ao relator da CPI, Demostenes Torres (DEM-GO), Hélio Correa considerou como medida importante para a melhoria dos procedimentos investigativos do Ministério Público a agilização do rastreamento dos recursos liberados pela administração pública a empreiteiras. Ele disse que o Banco Central pode levar até quatro anos para rastrear os caminhos dos recursos orçamentários, dos cofres públicos até os destinatários finais, o que acaba inviabilizando a punição de possíveis culpados.

O procurador afirmou que a aceitação pelo poder público de um projeto básico, em vez de um projeto executivo detalhado, cria, desde o início da concorrência, as condições para irregularidades.

Ao discorrer sobre ação civil pública contra a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) em razão de irregularidades detectadas em obras no aeroporto de Goiânia, Hélio Correa acusou o juiz federal

Carlos Alberto de Souza de favorecer o consórcio de empreiteiras vencedor da concorrência, por ter cassado liminar que suspendia a execução dos trabalhos no local. Ele informou que a Justiça Federal deverá se manifestar hoje sobre pedido do MP no sentido de rever a decisão do juiz.

Já a procuradora Suzana Fairbanks Lima falou à CPI sobre a investigação da Procuradoria no aeroporto de Congonhas. Além da detecção de superfaturamento, sobrepreço e direcionamento na licitação promovida pela Infraero, ela destacou o fato de a estatal não ter incluído nas obras a construção de uma nova pista e a modernização da torre de controle, preferindo investir na expansão do terminal de passageiros.

A comissão de inquérito ouviu ainda o procurador José Ricardo Meirelles, que deu explicações sobre irregularidades verificadas em obras no aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP).

João Pedro propõe reflexão sobre “duopólio” na aviação

“Pouco se fala do duopólio do serviço aéreo brasileiro, que merece uma reflexão profunda”, afirmou João Pedro (PT-AM) ao se referir às empresas TAM e Gol. O senador ponderou ser preciso avaliar se é do interesse nacional a existência de somente duas companhias atuando no setor e pediu à CPI do Apagão Aéreo do Senado que apresente sugestões para que a atual crise seja debelada.

– Penso que é minimizar a análise dos acidentes creditá-los ao governo Lula e politizar um debate que merece ser discutido a fundo. Pouco se fala da responsabilidade dessas empresas na crise aérea que estamos vivendo. Pouco ou quase nada se fala dos pilotos americanos que causaram o acidente com o Boeing da Gol – afirmou.

PAC

O senador saudou a assinatura de convênios do governo federal com 12 estados, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para saneamento básico. Informou que o Amazonas receberá R\$ 415 milhões, sendo R\$ 215 milhões para a prefeitura de Manaus.

João Pedro ainda apresentou requerimento de profundo pesar pela morte da artista plástica amazônica Maria Bernadete Mafra Andrade, uma das fundadoras do PT do estado, que faleceu em 28 de julho. Em aparte, Arthur Virgílio (PSDB-AM) também lamentou a morte da artista.



João Pedro critica “politização” do debate sobre os acidentes da TAM e da Gol

Mesa decide enviar ao Conselho de Ética nova representação do PSOL

A Mesa do Senado decidiu enviar ao Conselho de Ética a segunda representação protocolada pelo PSOL contra Renan Calheiros (PMDB-AL), para apurar denúncias de que o presidente do Senado teria atuado para favorecer a cervejaria Schincariol em retribuição a um favor prestado a seu irmão, deputado federal Olavo Calheiros (PMDB-AL). O conselho também deverá investigar denúncias de apropriação ilegal de terras em Alagoas.

O vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC) – que votou contra o envio da representação ao conselho por entender que o assunto em questão dizia mais respeito ao deputado Olavo Calheiros –, acrescentou que, pelo regimento, o presidente do colegiado é obrigado a acatar a decisão da Mesa e instaurar o processo investigatório.

Para o 2º vice-presidente do Senado, Alvaro Dias (PSDB-PR), a possibilidade de o Conselho de Ética ter que lidar com três representações contra Renan (o DEM e o PSDB protocolaram a terceira ontem) não representa risco de atropelamento dos trabalhos.

Renato Casagrande (PSB-ES) e Marisa Serrano (PSDB-MS), dois dos relatores do processo que já corre no conselho, informaram que devem decidir hoje, em reunião com o terceiro relator, Almeida Lima (PMDB-SE), e com o presidente, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), como o órgão procederá em relação às diferentes representações que lhe forem encaminhadas. De acordo com Casagrande, os consultores do Senado estão sendo ouvidos sobre a conveniência de se agruparem todas as investigações num só processo.

DEM e PSDB protocolam outro pedido de investigação contra Renan

O DEM e o PSDB protocolaram na Secretaria Geral da Mesa, na noite de ontem, uma representação por quebra de decoro parlamentar para investigar a denúncia, publicada pela revista *Veja*, de que Renan Calheiros teria “participação velada” em empresas de comunicação de Alagoas, adquiridas com recursos de origem não-declarada.

Segundo o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), advogados consultados pelo partido garantiriam que a investigação das novas

denúncias não implicará o atraso da apuração da representação em curso no Conselho de Ética, protocolada pelo PSOL.

O líder do DEM, José Agripino (RN), explicou que em reunião de seu partido, pela manhã, foi decidido ainda que a bancada vai obstruir as sessões deliberativas presididas por Renan, que, em sua opinião, deveria ter se licenciado da Presidência da Casa para “evitar constrangimento à instituição e aos demais senadores” enquanto há investigação contra ele.

Casagrande promete entregar relatório na próxima semana

Renato Casagrande (PSB-ES), um dos relatores do processo no Conselho de Ética contra Renan Calheiros, anunciou que deverá entregar na próxima semana seu relatório. O senador sugeriu que as outras denúncias contra o presidente do Senado sejam investigadas em processos separados, a fim de não atrasar as investigações já em curso.

– É impossível o Senado continuar sangrando como está.

Casagrande declarou ainda considerar que a autorização do Supremo Tribunal Federal para que o Ministério Público e a Polícia Federal (PF) investiguem as denúncias contra Renan irão contribuir para o esclarecimento do



Casagrande sugere que investigação de novas denúncias ocorra separadamente

caso. Na próxima semana os três relatores – Casagrande, Marisa Serrano e Almeida Lima – devem receber o resultado da perícia feita pela PF nos documentos apresentados por Renan em sua defesa.

Presidente do Senado ocupa tribuna para se defender de novas acusações da *Veja* e denuncia a Editora Abril. Oposição quer que senador se afaste do cargo

Renan atribui denúncias a brigas regionais e acusa revista



Renan Calheiros: “Não tenho nada a ocultar e nem patrimônio clandestino”

com provas.

– Devassei minhas declarações de renda, minha vida contábil, minha vida fiscal e minha vida bancária como poucos o fazem ou fizeram, mostrando que não tenho

nada a temer, não tenho nada a esconder. Continuo não tendo nada a ocultar. Não tenho, repito o que disse, patrimônio clandestino – declarou.

Outra denúncia de *Veja* foi negada como verdadeira por Renan: de que teria utilizado “laranjas” para comprar duas emissoras de rádio e um jornal diário em Alagoas. Ele informou que abrirá processo penal e cível contra a revista.

A Editora Abril, que publica *Veja*, foi por sua vez acusada pelo senador de tentar uma fraude de cerca de R\$ 1 bilhão: a Abril estaria tentando vender à espanhola Telefônica a TV por assinatura TVA, mas a legislação exige que um grupo nacional detenha o controle acionário de TV por assinatura.

Agripino anuncia obstrução das votações em Plenário

O DEM e o PSDB, após votarem as mudanças no Supersimples, vão obstruir as deliberações em protesto contra a permanência de Renan Calheiros na Presidência. O anúncio foi feito por José Agripino (DEM-RN). Ele informou ainda que as duas legendas vão pedir ao Conselho de Ética que investigue as denúncias de que Renan teria utilizado “laranjas” na compra de veículos de comunicação em Alagoas. Anunciou ainda que Marco Maciel (PE) é o indicado do DEM para a presidência da CCJ, no lugar de Antonio Carlos Magalhães.

Renan pediu que Agripino não o prejudicasse. Declarou que o senador do Rio Grande do Norte talvez não agüentasse “duas semanas de



José Agripino informa também indicação de Marco Maciel para a presidência da CCJ

acusação” acerca de “débitos com as instituições bancárias estatais que possui”. Ele, Renan, disse, teria dado a Agripino o direito de defesa que deseja para si próprio. “Se existe alguma acusação contra



Arthur Virgílio pede que Renan exerça direito de defesa fora da Presidência

mim, que a deixe clara”, respondeu Agripino.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) voltou a pedir que Renan se afaste da Presidência para exercer seu “amplo direito de defesa”.

Almeida Lima lamenta que revista “desestabilize o país”

Almeida Lima (PMDB-SE) disse que lamenta o fato de uma revista ter o poder de desestabilizar a vida política do país. Outros veículos também estariam demonstrando má vontade em relação a Renan Calheiros, segundo Almeida Lima, para quem todas as acusações de *Veja* carecem de provas.

Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu que os relatores do processo contra Renan no Conselho de Ética apresentem seus relatórios, para que possam ser votados.

Decisão de se afastar ou não cabe ao presidente, diz Ideli

Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que as sugestões para que Renan Calheiros se afaste da Presidência do Senado são legítimas, mas a decisão de permanecer ou não cabe exclusivamente ao senador, já que nada o obriga a isso.

A líder do PT comentou que as acusações contra Renan são um “processo doloroso” para o Senado e que o direito de defesa é imprescindível, pois muitas acusações “não vêm acompanhadas das devidas provas”.

José Nery: partido não foi motivado por questão regional

A representação contra o presidente do Senado apresentada pelo PSOL baseou-se “em um fato grave” e não teve motivação política, disse José Nery (PSOL-PA), referindo-se à primeira denúncia da revista *Veja*, de que Renan Calheiros teria contas pessoais pagas por um lobista.

– O PSOL ou a ex-senadora Heloísa Helena não foram motivados por disputas políticas locais, mas por um fato – declarou após discurso de Renan Calheiros.

Cidadania, soberania, desenvolvimento regional, "sul-americanismo" e normas jurídicas constituem metas do presidente do Legislativo do bloco



Parlamentares dos quatro países-membros participam da quarta sessão ordinária, realizada em Montevideu

Integração é prioridade do Parlamento do Mercosul

O presidente do Parlamento do Mercosul, deputado uruguaio Roberto Conde, apresentou ontem, na quarta sessão ordinária, que se realizou em Montevideu, o seu plano de trabalho, com cinco prioridades: cidadania, soberania, desenvolvimento regional, "sul-americanismo" e legislação.

Quanto à soberania, o presidente do Parlamento defendeu "um território aduaneiro único, que imprima uma verdadeira dinâmica de integração regional com um sentido econômico e político e lhe outorgue uma verdadeira dimensão externa comum frente ao resto do mundo".

O Legislativo do bloco comercial homologou ontem acordo interinstitucional com o Fórum Consultivo Econômico-Social (FCES), que prevê encontros semestrais entre os dois órgãos para o intercâmbio de opiniões e informações.

Pelo acordo, o Parlamento assume o compromisso de consultar o FCES em todos os assuntos de integração regional que considere oportunos. Já o fórum poderá manifestar-se sobre temas submetidos ao Parlamento que representem interesses relevantes das organizações que integram o FCES.

Roberto Conde informou que encaminhará à comissão permanente que trata de assuntos relacionados à energia requerimento do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) para realização de seminário

sobre integração energética. O deputado uruguaio explicou, no entanto, que a Mesa poderá começar a organizar o evento até que a comissão esteja com sua composição definida.

Venezuela

O conflito entre a Argentina e o Uruguai em torno da construção de fábricas de celulose, as declarações do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, sobre o Senado brasileiro e a questão da liberdade de imprensa na Venezuela foram temas tratados na parte da ordem do dia do Parlamento dedicada à agenda política.

A questão das declarações de Chávez foi levada ao Plenário pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Ele falou sobre a forma desrespeitosa com que o presidente venezuelano havia se referido ao Senado, quando a Casa aprovou uma moção pedindo a revisão da decisão de não renovar a concessão de funcionamento da RCTV (Rádio Caracas de Televisión).

Pouco antes do término da quarta sessão ordinária do Parlamento do Mercosul, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que os parlamentares dos países que integram o bloco devem ter o espírito "de crescer e de somar", abrindo mão da discussão de problemas internos. No mesmo sentido, Inácio Arruda afirmou que o "espírito de grandeza" deve prevalecer no Parlamento regional.

Mercadante propõe ao Legislativo do bloco comissão sobre aquecimento global

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) apresentou ontem ao Parlamento do Mercosul duas propostas de recomendação ao Conselho do Mercado Comum: uma para que o órgão defina uma política ambiental do bloco voltada à questão do aquecimento global e seus efeitos na região, e outra para que instrua os países-membros a adotar políticas de introdução de tecnologias de informação nas escolas públicas.

Por sugestão de Mercadante e do deputado Cláudio Diaz (PSDB-RS), o Parlamento criou comissão para acompanhar os programas de cada Estado-parte e os programas regionais porventura existentes de combate à febre aftosa.

Os parlamentares do bloco comercial também discutiram o apoio às pequenas e médias empresas. Uma das propostas foi a de realização de audiências públicas sobre o assunto.

Governo e setor privado divergem de mudanças em projeto sobre licitações

Representantes da indústria de base e da construção civil manifestaram, em audiência realizada ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), restrições às mudanças feitas até agora pelo Congresso no projeto do governo que altera a Lei de Licitações, inclusive com a previsão do uso do pregão eletrônico para a contratação de obras pelo setor público. Segundo o representante do Tribunal de Contas da União (TCU), André Kresch, a ampliação do uso do pregão contribui para ampliar o nível de competição. Ele negou que esse mecanismo de seleção, se aplicado para o setor de obras, traga riscos à qualidade dos empreendimentos – já que o critério de preço é o primeiro a ser examinado, e somente depois da seleção da proposta de menor custo começa a fase de qualificação técnica dos concorrentes e da proposta.

Uma das críticas dos representantes das indústrias da construção é de que as alterações estão elegendo como foco exclusivo o custo dos serviços, o que poderia trazer perdas em termos de qualidade e até para a segurança dos empreendimentos.

– O espírito inicial, que foi no sentido

de agilizar e trazer transparência às licitações, foi inteiramente alterado, de maneira até mesmo prejudicial ao gestor público – afirmou Paulo Safady Simão, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

Mas, de acordo com André Kresch, na hipótese de a proposta técnica do concorrente vencedor pelo menor preço não atender às especificações, o gestor não pode se sentir constrangido em promover sua desqualificação. Ele frisou que essa é sua obrigação legal e que, como passo seguinte, o gestor deverá passar a examinar os itens de qualificação da segunda melhor proposta e ainda outras, até chegar a uma satisfatória entre melhor preço e o atendimento dos requisitos técnicos.

O debate foi organizado para instruir a apreciação da proposta (PLC 32/07) na CAE. Apresentado em janeiro, como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o texto do Executivo ampliava o uso do pregão para todas as aquisições de bens e serviços comuns. Na Câmara dos Deputados, a versão aprovada explicitou que poderia valer inclusive para obras.



Eliseu Resende (C) preside debate sobre alterações na proposta que amplia pregão eletrônico no setor público

Comissão de Infra-Estrutura aprova indicação de Pagot para direção do Dnit

A indicação do economista e ex-secretário de Infra-Estrutura de Mato Grosso Luiz Antônio Pagot para exercer o cargo de diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) foi aprovada ontem pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) com 17 votos favoráveis e seis contrários. A indicação ainda será votada em Plenário.

O relator, Jayme Campos (DEM-MT), foi favorável à aprovação. Senadores da oposição cobraram explicações do economista. Pagot admitiu que, entre 1995 e 2002, exerceu o cargo de secretário parlamentar do senador Jonas Pinheiro (DEM-MT), ao mesmo tempo em que desempenhou a função de superintendente da Hermosa Navegação da Amazônia S/A. Em julho, a Advocacia Geral do Senado concluiu que não houve acúmulo de funções. Em resposta ao presidente da CI, Marco-

ni Perillo (PSDB-GO), Pagot afirmou que as irregularidades verificadas no programa emergencial de recuperação de estradas do governo poderiam ter sido evitadas se houvesse "o devido planejamento".

– A solução é a eficácia, um modelo de gestão que possa nos permitir, dentro das possibilidades da razoabilidade, fazer com que tenhamos o planejamento correto, para que se evitem medidas emergenciais – disse, defendendo a atuação conjunta do Dnit com a CI e a Comissão Mista de Orçamento para resolver "questões fisco-contábeis e destravar obras com problemas".



Ao lado de Delcídio Amaral (E), Marconi Perillo preside reunião da CI

Valadares cobra solução para dívidas agrícolas

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que o compromisso do governo com a agricultura pode ser verificado pela redução das taxas de juros e pelo aumento do crédito para investimento, custeio e comercialização previstos no Plano Agrícola e Pecuário e no Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008, lançados no final de junho. Lamentou, porém, o fato de o Plano Agrícola e Pecuário não tocar no “ponto nevrálgico da agricultura brasileira: o seu endividamento”. O senador frisou que tratará disso ao discutir a Medida Provisória 372/07, que liquida a dívida de produtores rurais junto a fornecedores de insumos.

Valadares destacou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), cujos recursos previstos atingem R\$ 12 bilhões.



Valadares elogia redução de juros e crédito maior para agricultura

Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária por cinco mandatos, Antônio de Salvo, falecido em 29 de junho, é lembrado pelos parlamentares por atuação que representou “um marco”

Senado homenageia o legado de Antônio de Salvo à agropecuária

O Senado homenageou ontem, em sessão especial, a memória do engenheiro agrônomo Antônio Ernesto Werna de Salvo, falecido no dia 29 de junho. Ele foi presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Compareceram o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi; o vice-presidente da CNA, Pio Guerra, o superintendente-geral da entidade, Geraldo Melo Filho; os presidentes da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, Leonardo Vilela, e das federações de Agricultura do Acre, Ceará e Distrito Federal, além de familiares.

Marconi Perillo (PSDB-GO), que requereu a homenagem, afirmou que os 17 anos de Antônio de Salvo à frente da CNA permanecerão como um “marco”. Durante esse tempo, disse, foram atendidas muitas reivindicações dos pecuaristas e dos agricultores, hoje responsáveis por 33% do produto interno bruto (PIB).

– Sob sua liderança, eles pararam Brasília, com manifestações que deram voz ao setor. Ele abriu as portas do poder político para os ruralistas, reivindicando tratamento justo, e lembrando que o setor depende de pesquisa e financiamento – frisou.

Segundo Marconi, Antônio de Salvo era homem de grandes idéias, que “não se escondia nas sombras cinzentas da mediocridade”.

O senador Jonas Pinheiro (DEM-



Marconi Perillo discursa na sessão em homenagem a Antônio Ernesto Werna de Salvo

MT) ressaltou que, durante os cinco mandatos como presidente da CNA, Antônio de Salvo mostrou determinação. O senador destacou o apoio do engenheiro à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

– Não houve causa do setor agropecuário nesses últimos 20 anos em que ele não estivesse presente e atuante – enfatizou Jonas Pinheiro.

Agronegócio

Osmar Dias (PDT-PR) disse que, quando Antônio de Salvo assumiu a presidência da CNA em 1990, o país produzia 60 milhões de toneladas de grãos. Hoje são cerca de 150 milhões, graças, conforme o senador, às novas fronteiras agrícolas, à persistência de líderes como o ex-presidente da CNA e à Embrapa. Osmar Dias lembrou que o setor agropecuário inclui a agricultura familiar e os pequenos agricultores.

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO)

destacou frase de Antônio de Salvo, segundo a qual “nenhum país chega ao Primeiro Mundo sem equiparar o setor rural e o urbano”.

– No Brasil, podemos reivindicar respeito, pois representamos um terço do PIB, um terço da mão-de-obra, e um terço das exportações. Queremos mais investimentos em pesquisa e tecnologia, que contam com menos de 1% do PIB – protestou, afirmando que os países ricos destinam subsídios de US\$ 1 bilhão por dia à agricultura.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), observou que Antônio de Salvo tinha visão global do problema tributário, sem se limitar a visões setoriais. Virgílio louvou o espírito público e o valor do engenheiro.

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse que o presidente da CNA era sensível e compreensivo com os problemas do Nordeste.



Para Sibá, o PT deve apresentar uma proposta de reforma política

Sibá registra congresso nacional do PT

O senador Sibá Machado (PT-AC) registrou a etapa estadual do 3º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores. Segundo ele, na etapa municipal, 90% das cidades brasileiras realizaram seu congresso. A estadual foi promovida no último fim de semana. Os 934 delegados eleitos, informou, participarão da etapa nacional do Congresso do PT, de 31 de agosto a 3 de setembro, quando debaterão temas como o pensamento socialista do partido e “o país que o PT quer”. O senador manifestou a expectativa de que, no encontro, o PT se comprometa com o fortalecimento da democracia e com a reforma política, apresentando suas propostas.

– Que possamos até, quem sabe, pensar na realização de uma Constituinte específica para tratar da reforma política – disse.

Debate revela consenso sobre necessidade de pacto nacional pela educação

A construção de um pacto nacional pela educação básica foi defendida de forma consensual pelos participantes da sexta audiência pública promovida pela Comissão de Educação (CE), dentro do ciclo Idéias e Propostas para a Educação Brasileira e o Plano de Desenvolvimento da Educação. Esse pacto, segundo eles, deveria incluir os três níveis de governo e a sociedade civil.

– Estou muito otimista com o momento em que vivemos, pois nunca estivemos tão próximos de um consenso sobre o estabelecimento de um pacto nacional – disse o secretário-geral da Fundação Roberto Marinho, Hugo Barreto, para quem é importante substituir uma agenda de governo por uma agenda de Estado na área de educação. Ele citou, como exemplo,



Cristovam, entre Maria Auxiliadora e o deputado Paulo Renato, preside a audiência

o custo que a repetência traz aos cofres públicos: cerca de R\$ 2,2 bilhões por ano.

A presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Maria Auxiliadora Seabra Rezende, sugeriu que um pacto nacional pela educação

deveria conter metas claras a serem alcançadas e a responsabilização dos agentes públicos. Sem exigir a prestação de contas à sociedade, “não adianta mandar cheque em branco a estados e municípios”.

Para que a sociedade aceite

um pacto nacional, a prioridade deveria ser o lançamento de uma campanha em favor da educação, afirmou o presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior, Gabriel Mário Rodrigues.

O presidente da Fundação Bradesco, Mario Helio de Souza Ramos, disse que a educação básica deve ser o “foco central” de preocupação de qualquer governo. Após lembrar que o Brasil está próximo de obter o chamado *investment grade*, por seus avanços na condução da economia, ele lamentou o fato de o país ainda exibir indicadores na área de educação semelhantes aos de países devastados por guerras e conflitos internos.

Para o deputado Paulo Renato (PSDB-SP), ex-ministro da

Educação no governo Fernando Henrique Cardoso, a política educacional deve ter como foco a adoção de metas para o ensino.

Ao participar do debate, Ideli Salvatti (PT-SC) registrou os investimentos federais na educação em Santa Catarina. Augusto Botelho (PT-RR) elogiou as escolas da Fundação Bradesco. O programa que permitiu o envio direto de verbas às escolas, adotado na gestão de Paulo Renato, foi lembrado por Mão Santa (PMDB-PI), enquanto Flávio Arns (PT-PR) recordou as iniciativas do ex-ministro relativas à educação especial. Já Rosalba Ciarlini (DEM-RN) ressaltou a importância das audiências promovidas pela comissão na busca de sugestões para aperfeiçoar a educação brasileira.

Fotos: Leopoldo Silva



Antonio Carlos Júnior (C), entre César Borges (E) e Renan Calheiros, toma posse em Plenário

Antonio Carlos Júnior assume mandato de senador

Tomou posse ontem, em Plenário, o suplente do senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), Antonio Carlos Peixoto de Magalhães Júnior (DEM-BA), que assumirá o nome parlamentar de Antonio Carlos Júnior e cumprirá mandato até 31 de janeiro de 2011.

O senador Antonio Carlos Magalhães morreu no dia 20 de julho em decorrência de complicações de doença cardíaca que levou à falência múltipla dos órgãos.

Seu filho Antonio Carlos Júnior é empresário da área de comunicação. Atualmente é

presidente da Rede Bahia, grupo de empresas que inclui o jornal *Correio da Bahia*, a TV Bahia – afiliada à Rede Globo de Televisão – e emissoras de rádio.

Em 2001, Antonio Carlos Júnior já havia assumido a vaga do pai, quando este renunciou ao mandato.

Ideli comemora redução das tarifas de energia em SC

A líder do Bloco de Apoio ao Governo e do PT, Ideli Salvatti (SC), informou ontem que as contas de energia elétrica em 1,8 milhão de casas e indústrias de Santa Catarina terão uma redução média de 4,5%. Para ela, trata-se de “um fato inédito”, que não mereceu destaque nos jornais de seu estado.

A redução foi determinada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que repassou aos consumidores, entre outras coisas, ganhos de produtividade da Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc). O corte de tarifa decorreu também de diminuição no preço da energia comprada pela Celesc da Eletrobrás e da racionalização do uso de combustíveis fósseis pela empresa catarinense.

Ideli observou que a população percebe esse tipo de decisão e creditou a popularidade do presidente Lula a medidas como esta.

– Para quem vive a dureza da vida, uma redução na conta de luz é bem percebida – enfatizou.

Em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) informou que houve queda de tarifa de energia também no Espírito Santo, o que ele considera um reflexo do sucesso da política econômica do governo.



Ideli ressalta “fato inédito”, que não teve destaque nos jornais

Governo reestatiza setor petroquímico, diz Borges

Senador afirma que compra de empresas pela Petrobras desestimula investimento privado. Pólo de Camaçari estaria sendo desprezado

O senador César Borges (DEM-BA) acusou ontem o governo federal de promover a reestatização do setor petroquímico, desestimulando com isso o investimento privado nesse campo, já que a Petrobras passa a ser fornecedora de matéria-prima, cliente e concorrente.

A atitude do governo, afirmou, gera concorrência desleal e fere a Lei 8.884/94, que dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica. O parlamentar



César Borges: atitude do governo gera concorrência desleal

citou a aquisição da Petróleo Ipiranga e do Grupo Suzano como sinais que confirmam seus argumentos.

Para o senador, “a Petrobras deu um passo contrário em relação à tendência mundial de empresas petrolíferas que concentram seus investimentos nas buscas e exploração das novas reservas de petróleo e gás”. Ele mencionou ainda reportagem do jornal *A Tarde*, afirmando que a estatal vem direcionando investimentos e consolidando negócios nas regiões Sul e Sudeste, em detrimento do Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, e por conseguinte, afetando todo o Nordeste.

Mão Santa critica desvio de finalidade da CPMF

“Nunca dantes o povo brasileiro que trabalha foi tão sacrificado e pagou tanto imposto”, declarou ontem o senador Mão Santa (PMDB-PI), ao manifestar-se contra a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 2011. Ele disse que só votaria a favor da prorrogação se todos os

recursos arrecadados com o tributo fossem destinados à saúde pública.

Mão Santa lembrou que, ao ser criada, a CPMF era um tributo provisório cuja totalidade dos recursos destinavam-se a financiar a saúde pública, que enfrentava graves dificuldades. O caráter provisório ficou somente no nome e as verbas



Verbas são utilizadas para fins diversos, lamenta Mão Santa

arrecadadas passaram a ser utilizadas para fins diversos, lamentou o senador.

Paim lamenta atitude racista de torcedores no RS

O senador Paulo Paim (PT-RS) lamentou a atitude racista de torcedores que, no jogo entre o Esporte Clube Juventude e o Atlético (MG), no último final de semana em Caxias do Sul (RS), teriam se dirigido ao jogador Júlio César com palavras e gestos ofensivos. O



Paulo Paim elogia instituição da política de cotas no estado

Atlético venceu a partida por 2x1.

Paim leu em Plenário uma carta da torcida organizada do Juventude,

endereçada ao jogador, com pedido de desculpas em nome dos torcedores e da cidade.

Em contrapartida, o senador congratulou-se com a aprovação, pelas Universidades Federais do Rio Grande do Sul (UFRGS) e de Santa Maria, da política de cotas para negros, índios e pessoas de baixa renda, no mês de junho, ressaltando que a iniciativa foi aprovada por ampla maioria.

Camata vê descaso federal com o Espírito Santo

A distribuição de 240 novos cargos de confiança (DAS) pelas gerências regionais da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) foi, para Gerson Camata (PMDB-ES), o “exemplo perfeito do descaso” com que a administração federal trata o Espírito Santo. “Ao estado couberam apenas seis cargos”, protestou.

Ele lembrou que a gerência capixaba é uma das maiores do país e tem a quinta maior arrecadação entre os estados.

– Se prevalecer essa distribuição distorcida dos novos cargos, gerências



Camata reclama da distribuição de cargos de confiança na SPU

regionais com arrecadações bem menores e, conseqüentemente, carga de trabalho mais reduzida, vão dispor de estrutura administrativa muito maior do que necessitam – afirmou.

Adelmir Santana agradece título de cidadão de Uruçuí

Adelmir Santana (DEM-DF) agradeceu o título de cidadão de Uruçuí (PI), concedido pela Câmara de Vereadores do município no último sábado. O anúncio foi feito no povoado de Tucuns, região onde nasceu a mãe do senador. O título será entregue em Teresina, em data a ser marcada.

Adelmir informou que também visitou Teresina, onde se encontrou com dirigentes do Sebrae-PI, e pôde conhecer projetos da instituição como o Projeto Shopping Natureza e a Cooperativa de Artesanato do Velho Poti.



Adelmir é homenageado por vereadores do município



Lúcia Vânia lembra lei que busca coibir violência contra a mulher

Lúcia Vânia celebra um ano da Lei Maria da Penha

O fato de a Lei Maria da Penha – Lei 11.340/06 – ter completado ontem um ano de sanção foi comemorado por Lúcia Vânia (PSDB-GO), que foi relatora do projeto na Comissão de Justiça (CCJ). De acordo com a senadora, a lei encoraja as mulheres a denunciarem casos de violência doméstica, familiar e outras, “garantindo uma rede de proteção social para atendê-las”.

Na avaliação de Lúcia Vânia, a Lei Maria da Penha já proporcionou aumento nas denúncias e também no indiciamento e condenação de agressores.